

**Começa o segundo semestre letivo sem que o Governo do Estado tenha feito qualquer sinalização REAL de negociação com os docentes da Uerj. Foram inúmeras promessas de comissões, reuniões e datas fictícias, enquanto nossa penúria salarial se agrava a cada dia. Já são 72% de perdas salariais. Não há mais como esperar!**

Parece claro que o Governador Sérgio Cabral tenta empurrar as demandas dos trabalhadores da Uerj para depois das eleições, ganhando tempo para continuar afirmando em todos os espaços (em que não estejam os sindicatos dos servidores, é claro) que o Governo está cheio de dinheiro. Para ele, a função do administrador público é manter os cofres cheios, enquanto a população sofre com a decadência dos serviços essenciais, como educação, saúde e segurança pública.

Mas, se é verdade que os trabalhadores da Uerj não têm nenhum interesse em um impasse, é fato também que não é de nossa tradição fugir à luta. Em todos esses anos de organização sindical na Asduerj, os docentes da universidade (ao lado dos outros segmentos organizados) acumularam uma história de lutas, de defesa de sua dignidade profissional-

nal e de conquistas, sempre é bom lembrar. Mesmo quando os docentes das universidades federais sofriam durante anos com um absurdo congelamento salarial de quase dez anos, fruto da consolidação mais decisiva da lógica do neoliberalismo no Brasil, conseguimos ainda preservar minimamente nossas condições de trabalho na Uerj.

Todos sabemos que será preciso, novamente, ir às ruas para que a universidade cuja excelência construímos com tanto trabalho e dedicação não seja pisoteada, esvaziada aos poucos, seja pela efetiva evasão, seja simplesmente pela



face a outras atividades profissionais que, cada vez mais, os professores da Uerj vêm sendo obrigados a buscar.

De certo modo, o primeiro semestre foi educativo, pois os inúmeros boatos de “tal índice”, de anúncio de “reajuste no dia tal” etc. não se confirmaram, o que, esperamos, torna inequívoco para os colegas aquilo que já dizíamos: **não haverá conquista sem mobilização!** Quem verdadeiramente age em defesa da universidade são seus trabalhadores e estudantes organizados. Essa luta, naturalmente, passa ao largo das pretensões personalistas ou eleitoreiras de Cabral e de seus aliados. Essa- luta é nossa!

EDITORIAL

O PRAZO PARA O GOVERNO ACABOU!  
CONVOCAMOS TODOS À PARTICIPAR DA ASSEMBLÉIA DO DIA 14 DE AGOSTO!



**ASSEMBLÉIA DOCENTE:  
14/08, QUINTA-FEIRA • 16 HORAS,  
AUDITÓRIO 91 • PAUTA: ESTADO DE GREVE**



# Informe ASDUERJ



Foto: Átilas Campos

## E o Bandeirão, alguém viu?

O processo de licitação do bandeirão, que segundo o reitor da Uerj, Ricardo Vieiralves, deveria ocorrer, impreterivelmente, em maio de 2008, chega ao mês de agosto sem ter tido início. É o que afirma a assessoria do reitor. Quando questionada sobre as razões para o atraso, a assessora de Vieiralves delega a resposta ao Departamento de Manutenção, Obras e Projetos (Demop). A direção do Demop, por sua vez, diz não saber se está autorizada a fornecer tais informações. Enquanto isso os estudantes, sobretudo os dos cursos integrais, continuam alimentando-se de forma inadequada na universidade.

## Pedagogia da Uerj é questionada

Alunos do curso de Pedagogia que se formaram até 2005 pela Uerj enfrentam grave problema. Os seus currículos não são reconhecidos por algumas entidades públicas. Isso porque a habilitação do curso é de bacharelado e nos concursos para o magistério a exigência é a de que o curso seja de licenciatura. O reitor da Uerj, Ricardo Vieiralves, solicitou pareceres a professores da EDU, FEBF e FFP, contendo base

argumentativa para que os profissionais possam assumir os cargos. Neste parecer, os docentes admitem que os conteúdos necessários à formação do docente do ensino médio não aparecem nas nomenclaturas de disciplinas e habilitação, mas se fazem presentes nos conteúdos formativos.

## Pela liberdade de organização sindical

No 1º Congresso Nacional da Conlutas, realizado entre os dias 3 e 6 julho, 770 entidades sindicais e populares manifestaram seu irrestrito apoio ao Andes-SN na sua luta pelo direito ao registro sindical e em defesa de sua liberdade e autonomia.

Ao longo de seus 30 anos de história, o Andes-SN sempre foi reconhecido como o sindicato nacional que representa os docentes das instituições de ensino superior. Contudo, seu registro sindical encontra-se suspenso. Não satisfeito, o governo Lula, por meio de alterações nas regras para autorização de consignações, vem tentando pôr fim à arrecadação do sindicato. Este ataque impõe sérios obstáculos para que o Andes-SN dê continuidade à sua luta incansável em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

## Notas sobre (mais) um escândalo

Avoluma-se a quantidade de ex-dirigentes do governo Rosinha atrás das grades. Na última leva, um nome em especial chamou atenção dos que acompanharam perplexos a invenção, no governo anterior, de um ente anômalo – a Uezo –, cujo nome fantasia evoca erroneamente a idéia de universidade. É o do ex-Secretário de Trabalho do governo Rosinha, Marco Antonio Lucidi, que não só se manteve com crédito no atual governo, como foi nomeado pelo Secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso, reitor da indefinível entidade da Zona Oeste e Vice-Presidente Administrativo da Faetec.

### Fundações do crime

Lucidi, que também foi reitor por duas vezes consecutivas do Cefet-RJ, estava à frente da instituição quando, em 2002, foi criada a fundação Procefet. A tal fundação, que, como todas se dizem, de apoio e sem fins lucrativos, foi identificada pelo Ministério Público e pela polícia civil como o pilar do esquema que desviou mais de R\$ 60 milhões dos cofres do estado. Foi através da Procefet que se firmou um contrato fraudulento de R\$ 234 milhões com a secretaria de saúde, com a justificativa de contratação de pessoal para atendimento em áreas carentes.

### 6%... Só para a corrupção

R\$ 160 bilhões escoam dos cofres públicos para o ralo da corrupção todos os anos. O levantamento foi feito por uma empresa de consultoria estrangeira e utiliza dados de associações e organismos como a Transparência Internacional, o FMI e o Banco Central do Brasil. Segundo os cálculos, o valor representa 6% do PIB.

Pelo que têm apurado a polícia e o Ministério Público, o Estado do Rio de Janeiro contribui com significativa parcela para a construção desta estimativa. Estima-se, por estas vias tortas, para onde foram os 6% negados para a Uerj nos últimos quinze anos e a razão pela qual os trabalhadores da universidade estão há mais de sete anos sem reajuste. Desconfiança que é reforçada quando o presidente do STF dá salvaguarda ao colarinho branco e deslegitima as verbas para a educação.

## expediente

### DIRETORIA DA ASDUERJ (BIÊNIO 2007/2009)

**Presidente:** Inalda Couto (FFP)

**I Vice-Presidente:** Denise Brasil (CAP)

**II Vice-Presidente:** Antonio Braga Coscarelli (IME/Aposentado)

**I Tesoureiro:** Guilherme Locks (IEFD)

**II Tesoureiro:** Arnaldo José Noronha Filho (FCM)

**I Secretário:** Rodrigo Lychowski (DIR)

**II Secretário:** Iná Meireles (HUPE)

### CONSELHO EDITORIAL

Antonio Braga Coscarelli, Denise Brasil e Iná Meireles

### EQUIPE TÉCNICA

**Jornalista responsável:** Sérgio Franklin

**Jornalista:** Paula Almada

**Estagiário de Jornalismo:** Átilas Campos

**Edição Visual:** Leila Braile

# FORÇA-TAREFA PELOS 6%

Procuradoria da Alerj, Andes-SN e a própria universidade vão até o STF para recuperar vinculação orçamentária da Uerj

Passada a perplexidade causada pela liminar concedida pelo Ministro Gilmar Mendes à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada pelo governador Sérgio Cabral, a comunidade universitária e seus pares começam a se movimentar no campo jurídico para que a instituição consiga, enfim, usufruir de seus 6% constitucionais.

O processo da ADI segue no STF para julgamento do mérito. Como a matéria chegou ao órgão durante o recesso deste, a decisão coube apenas ao presidente do Supremo, procedimento de acordo com a legislação nacional. O próprio texto de Mendes deixa claro, no entanto, que a decisão “posteriormente deverá ser levada ao referendo do Plenário da Corte”. É nesse momento que pretendem intervir os defensores da Uerj.

## “Amigos da corte”

Por solicitação da Asduerj, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) entrará com um dispositivo legal chamado *amicus curiae*, defendendo o cumprimento da Constituição. Marcelo Chalhó, assessor jurídico da Asduerj, tem trabalhado em conjunto com a assessoria jurídica do Andes-SN na produção do texto. Segundo Chalhó, o *amicus curiae* é uma “figura jurídica de um interessado numa ação que discute constitucionalidade de normas”. Tal dispositivo permite que outras partes interessadas ou envolvidas no processo pronunciem-se sobre seu teor. A expectativa do advogado é a de que a entidade nacional dê entrada no documento logo após conhecer o conteúdo da decisão de Gilmar Mendes (disponibilizado no site do STF em 05/08, data de fechamento desta edi-



Foto: Arquivo asduerj

ção). “Vamos basear o *amicus curiae* no teor da decisão do ministro. Este não é um assunto simples. Envolve matéria tributária, fazendária, planejamento orçamentário. Temos que analisar com calma”, diz o advogado.

A Diretoria Jurídica (Dijur) da Uerj lançará mão do mesmo dispositivo. A decisão por um comportamento pró-ativo da instituição foi tomada pelo Conselho Universitário, em 25 de julho. Segundo Henrique Couto da Nóbrega, da Dijur, o órgão está preparando a intervenção da Uerj em conjunto com a Diretoria de Planejamento. O objetivo é questionar informações divulgadas pela Secretaria de Estado de Plane-

jamento e Gestão do Rio de Janeiro (Seplag) na petição inicial impetrada pelo governo. **Alerj recorre**

O site de acompanhamento processual do STF informa que, em 28/07, a Assembléia Legislativa deu entrada em um agravo regimental ao processo. Insistentemente procurada pelo Boletim Asduerj, a Procuradoria da Alerj não soube informar o teor preciso do agravo, nem de quem foi a decisão de impetrá-lo. A advogada da Alerj Denise Setsuko Okada Ahmed, responsável pela petição, não foi encontrada na Procuradoria.

Para a assessoria do deputado Comte Bittencourt (PPS), presidente da Comissão de Educação da Alerj, a iniciativa não partiu de nenhum deputado, uma vez que os parlamentares estavam em recesso nessa data. A assessoria do deputado Marcelo Freixo (Psol) informou apenas sobre o caráter técnico de tal dispositivo. Segundo um assessor, o agravo regimental é uma forma de reclamar de uma decisão preliminar, que não é uma sentença, e deve estar baseada no regimento interno do Supremo Tribunal Federal.

## Relembre

No dia 17/07, o Presidente do STF, Gilmar Mendes concedeu liminar à ADI movida por Sérgio Cabral, que contesta a vinculação de 35% das verbas do Estado para a Educação. Deste percentual, 6% são destinados à Uerj, 2% à Faperj e 10% à Educação Especial.

Os 6% da receita tributária líquida para a Uerj já haviam sido questionados pelo ex-governador Leonel Brizola, através da ADI 780. Porém, no ano passado, o Ministro do Supremo, Celso de Mello, extinguiu a ação e cassou medida cautelar concedida à ADI pelo STF. A decisão fez com que o dispositivo constitucional voltasse a vigor 15 anos depois, devolvendo à Uerj a esperança de ter um orçamento condizente com as suas necessidades.

## Agora a culpa é dos 6%

Sob a ótica da Seplag, o restabelecimento dos artigos 309 e 314 culminaria em sérios prejuízos a ações do estado na esfera educacional. Na petição inicial ao STF, a secretaria afirma que outras áreas de atuação do estado sofreriam prejuízos. Na infra-estrutura urbana, seriam afetadas as obras realizadas pelo PAC nas favelas. Já a área de Segurança Pública teria comprometida a renovação e ampliação da frota de veículos, além dos reajustes aos militares.

Nesses últimos quinze anos, a situação das favelas em nada se modificou. A Segurança Pública sofreu grave processo de degradação. No entanto, os 6% da receita tributária destinados à Uerj não foram integralmente repassados, em acordo com a ADI 780. Por que agora os 6% dos recursos destinados à universidade resolveriam o caos do estado? Por que a educação do Estado deve ser sempre a grande prejudicada?

## Corte na própria carne

Apesar da suspensão do direito constitucional aos 6% da arrecadação, o Conselho Universitário, reunido nos dias 25 e 26 de julho, decidiu consensualmente enviar uma proposta com o apoio neste percentual. Porém, numa interpretação, que, no mínimo, poderia ser considerada equivocada da Constituição Estadual, a maioria do conselho estabeleceu o parâmetro 6% da arrecadação como o limite a ser pleiteado pela instituição. O mínimo exigido na lei foi metamorfozado em máximo.

A decisão impediu, como ocorre há anos, que constasse na proposta o reajuste necessário para dirimir a defasagem dos salários da universidade, que hoje é de mais de 70%.

Se confirmadas as previsões de aumentos na arrecadação do estado, o valor final da proposta resultará abaixo do percentual constitucional.

# A BOLSA OU A VIDA

## Professores desligados questionam avaliação do PROCIÊNCIA.

Para representante da SR-2, o Prociência é importante por lutar pela implementação do PCD.

**C**erca de 10% dos docentes participantes do Prociência (programa criado através de um convênio entre a Uerj e a Faperj, que exige dedicação exclusiva à Universidade) não conseguiram renovar a bolsa na última seleção, realizada no primeiro semestre deste ano. O programa mantém duas turmas, constituídas em diferentes processos seletivos, e paga uma bolsa no valor de 70% do salário base. Para cada turma, de três em três anos, nova seleção é realizada, aberta a bolsistas e não bolsistas. “É um processo muito competitivo e estressante, quem está dentro tem que manter ou até mesmo aumentar sua produção, porque no próximo concurso outros podem ocupar a sua vaga”, constata a professora Elvira Carvajal, do Departamento de Apoio à Produção Científica e Tecnológica – Depesq/SR-2.

Segundo a professora, desde a implantação do programa, em 1995, o número de bolsas aumentou na mesma proporção do número de doutores na universidade. “Temos hoje o dobro de doutores que tínhamos no início do programa, mas isto significa também um acirramento na disputa. Na última seleção, houve professores aprovados, mas não classificados, que obtiveram mais de 900 pontos no currículo, quando o máximo de pontuação é 1000”, constata. Este foi inclusive um dos argumentos que a Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (SR-2) utilizou para convencer a Faperj a acrescentar 30 novas bolsas ao programa este ano.

### Avaliações questionadas

Apesar do Edital não permitir recursos, muitos docentes que perderam as bolsas questionaram o resultado. “A maioria reclama da avaliação dos projetos, feita pelos Comitês Internos e Externos de Avaliação”, informa Elvira. A constituição dos comitês foi determinada na Resolução 046/2001 e deve ser formada por pesquisadores doutores de todas as áreas do conhecimento.

O professor do IFCH, Edgard Leite, é um dos que não se mantiveram no programa e discordam da forma de avaliação. “A Uerj deve proteger os pesquisadores e os seus temas”, afirma. Para ele, a

Universidade está transferindo, “muitas vezes a não-especialistas, a responsabilidade de julgar, em poucas linhas, carreiras profissionais e objetos de pesquisa”. Edgard reclama da incapacidade dos comitês em reconhecer novos objetos de estudos. “Se a instituição possui uma política inclusiva, deve possuir também uma política acadêmica inclusiva. Isto é, precisa apoiar pesquisas que conduzam à elevação acadêmica de temas relegados, de assuntos pouco pesquisados, ou que digam respeito às minorias. Isso é uma questão de política acadêmica”, defende.

Ex-bolsista do Programa, a professora Elvira também lamenta a exclusão devido à avaliação dos projetos. Entre os candidatos que não obtiveram média mínima para serem aprovados, 21% tinham mais de 800 pontos no currículo. “Isto significa que o docente teve ao longo de cinco anos uma produção constante e muito boa. Esta avaliação.

### Dedicação Exclusiva

Bolsista do Prociência desde 2002, o professor Marcos Santos Ferreira do Instituto de Educação Física também ficou de fora na última seleção. Ele

defende que a dedicação exclusiva deveria ser uma escolha de cada docente sem que este precisasse “competir com outros profissionais da mesma categoria”. Além disso, afirma, a avaliação deveria ser feita internamente e de forma mais periódica.

A mesma opinião é compartilhada pela professora Elvira Carvajal, “o Prociência foi essencial para a mudança de perfil e aumento da produção dos docentes da Uerj, mas é necessária a implantação do regime de Dedicação Exclusiva”, acredita. “Pode perguntar a qualquer procientista o que ele preferiria. A bolsa Prociência não vai entrar para a aposentadoria e o docente pode perdê-la a qualquer momento”, reconhece.

Para ela, a liminar ganha pelo governo, contestando o dispositivo constitucional que o obriga a repassar 2% da receita do Estado à Faperj, não deve por o Programa em risco. “Não quero acreditar nisso. O Estado tem muito dinheiro. Temos petróleo como a Arábia Saudita e não podemos é reproduzir aqui o modelo de distribuição de renda de lá”. Elvira ressalta que o mais importante, no momento, é lutar pela implantação do Plano de Carreira Docente, aprovado no Conselho Universitário.

Imagem: versão modificada eletronicamente por de Leila Braille. Fonte: google.com.br/Busca: “beca”.

